



# Anais da Assembléia

Nº 108

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 1997.

ANO XXII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spadig; PFL - 08: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 08: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 08: Ademir Tralano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Pericles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1997  
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidetazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofício:**

OF. Nº 117/97

Curitiba, 26 de junho de 1997.  
Senhor Presidente.

De acordo com as atribuições legais e regimentais venho através do presente comunicar a Vossa Excelência, que me ausentarei do país no período de 4/7 a 14/8/97, para atender convi-

tes da Embaixada da Espanha no Brasil e do PST de Portugal (anexo).

Sendo o que se apresenta, antecipadamente agradeço.

Respeitosamente.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

**Indicações:**

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Venho por intermédio do presente, indicar o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, para compor a Comissão Permanente de Recursos Humanos, desta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Líder do PTB

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir a determinação de Vossa Excelência, no que se refere a indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal para compor a Comissão de Direitos Humanos.

Dessa forma, estamos indicando o Deputado Élio Lino Rusch, para a indicação de titular e da mesma forma o Deputado Reny Borsatto para suplente.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1609**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 1588**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, organização do Seminário "Neoliberalismo, Estado e Po-

líticas Públicas na América Latina", em co-participação com a UNIOESTE. Tal seminário será realizado na Cidade de Cascavel.

Como co-patrocinadora cabe a Assembléia Legislativa as despesas com passagens, até o valor máximo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), e a impressão de folders, cartazes e os Anais do Seminário. Também será de sua responsabilidades, as despesas de divulgação (correio).

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 1601

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento de Erickson Charles Ribeiro, no Município de Ponta Grossa, neste Estado.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### JUSTIFICATIVA:

O extinto era filho do Sr. Nilson Ribeiro, presidente do Sindicato dos Vigias e Vigilantes de Ponta Grossa, de tradicional família daquela cidade e deixa inconsolável sua família e amigos.

#### REQUERIMENTO Nº 1587

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à Rádio Clube Paranaense, pela passagem do seu 73º aniversário, e pela excelente programação que vem gerando ao longo dos anos.

O dia 27 de junho de 1924, marcou a fundação da primeira emissora de rádio do Estado do Paraná e a terceira do Brasil. Com dedicação e muito trabalho de seus profissionais, hoje a Rádio Clube conta com uma vasta programação em ondas médias, curtas e frequência modulada, com cobertura mundial do seu sinal, a emissora vem por vários anos conquistando os primeiros lugares em audiências em Curitiba e no Paraná, resultado de uma programação eclética, com programas de utilidade pública, musical, esportiva, evangelização e serviços especializados de atendimento à comunidade, onde conquista destaque entre a população paranaense.

Tendo a Fundação Nossa Senhora do Rocio, como entidade mantenedora e o Senhor Vicente Mickos, como superintendente, a emissora gera a sua pro-

gramação através de potentes transmissores de ondas médias, curtas e frequência modulada, sendo a mais potente do Paraná e figura entre as primeiras do Sul do Brasil.

Por seu vasto e longínquo trabalho prestado, a Assembléia Legislativa registra e demonstra toda importância e gratidão dos paranaenses a este grandioso órgão de formação, informação e debates, servindo este como forma respeito a todos aqueles que fizeram da rádio o potencial que ela é, e motivação especial aos seus atuais profissionais, que continuam fazendo da programação da Rádio Clube Paranaense uma das mais importantes emissoras do Paraná e do Brasil.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO Nº 1608

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação Comercial do Paraná, alusivos à comemoração do 107º aniversário de fundação, no próximo dia 1º de julho.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Associação, Senhor Ardisson Naim Akel, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, nº 621, CEP 80020-310, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1585

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Guaratuba, no sentido de reiterar o pedido feito pela Sra. Marina do Rocio de Freitas, através de nosso requerimento LCM/AL/13.836/97, de 12/03 do corrente (cópia anexa), referente a abertura da Rua Argentina, localizada no Jardim Nereida, em Guaratuba. Até a presente data o pedido não foi atendido e nenhuma resposta recebemos, motivo pelo qual a Sra. Marina nos procurou novamente, reiterando tal solicitação. Se necessário informações complementares, as mesmas poderão ser obtidas com a requerente pelo telefone (041) 248-4077.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1586

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo nas proximidades do Colégio Gelvira Correa Pacheco - Bairro da Barreirinha. Todos os dias, no período da noite, desocupados ficam rondando o colégio, portando drogas e bebidas, deixando os pais dos alunos apreensivos com essa situação. Pedê-se urgência no atendimento do presente, procurando-se desta forma evitar algum acontecimento mais grave. A presença de policiais nesse local com certeza inibirá a ação dos desocupados.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1590

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de equipamentos para laboratório de Análises Clínicas no Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA, da AMERIOS.

É cada vez mais crescente a carência da população quando se trata da saúde. Para que se possa prestar um serviço capaz de atender a demanda da região no que se refere à exames laboratoriais, é fundamental que sejam destinados os equipamentos necessários para a instalação de um laboratório de análises clínicas que possibilite o atendimento eficaz aos vários municípios que utilizam o CISA.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Cláudio Aparecido Alves Palozi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS (Av. Rio Branco, 4464 - CEP 87501-130 - Umuarama / PR).

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1589

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a desti-

nação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Nova Olímpia.

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município, meios de realizar o trabalho com maior eficiência, no que se refere à preparação do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Sidney Apolonio, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua L. Pradela, 265); ao Vereador Antonio Di Renzo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Mato Grosso, 700) CEP 87490-000.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1591

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Mariluz.

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município, meios de realizar o trabalho com maior eficiência, no que se refere à preparação do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Ilmar Rubens Miyakawa, Prefeito Municipal (Av. Marília, 1920); ao Vereador João Lemes Barbosa de Queiroz, Presidente da Câmara Municipal (Av. Marília, 160) CEP 87470-000.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1592

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Maria Helena.

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município,

meios de realizar o trabalho com maior eficiência, no que se refere à preparação do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Lourival José Ferreira, Prefeito Municipal (Praça Brasil, 1690); a Vereadora Aurina de Oliveira Pereira, Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160) CEP 87480-000.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1593

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Jussara

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município, meios de realizar o trabalho com maior eficiência, no que se refere à preparação do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Pedro Candido de Oliveira, Mui Digno Prefeito Municipal (Av. Napoleão M. da Silva, 28); ao Vereador Jair Romero, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal (Av. Dr. Gastão de Mesquita Filho, 778) CEP 87230-000.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1594

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Iporã.

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município, meios de realizar o trabalho com maior eficiência, no que se refere à preparação do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Sra. Maria Aparecida Zago Udenal, Digníssima Prefeita Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); ao Vereador Dorival Passarella, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP 87560-000.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1595

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Icaraima.

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município, meios de realizar o trabalho com maior eficiência, no que se refere à preparação do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Osni Iankowsky dos Santos, Digníssimo Prefeito Municipal (Av. H. Vissoto, 810); ao Vereador Carlos Alberto Gabiato, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. H. Vissoto, 810) CEP 87530-000.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Esperança Nova.

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município, meios de realizar o trabalho com maior eficiência, no que se refere à preparação do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Tarciso Sales Medeiros Maia, Prefeito Municipal (Av. Duque de Caxias, 400); ao Vereador Valdir Hidalgo Martinez, Presidente da

Câmara Municipal (Av. Duque de Caxias, 400) CEP 87545-000.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Engenheiro Beltrão

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município, meios de realizar o trabalho com maior eficiência, no que se refere à preparação do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. José Dalpont, Prefeito Municipal (Rua Manoel Ribas, 160); ao Vereador Wilson Rotta, Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160) CEP 87270-000.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1598

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Douradina.

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município, meios de realizar o trabalho com maior eficiência, no que se refere à preparação do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. José Gonçalves da Silva, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 470); ao Vereador Aparecido Balbino da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Rio Branco, 320) CEP 87485-000.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1599

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Cruzeiro do Oeste

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município, meios de realizar o trabalho com maior eficiência, no que se refere à preparação do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Antonio Mazzei, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua J. E. Resende, 686); ao Vereador Augusto Rodrigues Duarte, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste (Av. Brasil, s/n) CEP 87400-000.

Saladas Sessões, em 26.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Cafezal do Sul.

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município, meios de realizar o trabalho com maior eficiência, no que se refere à preparação do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Shizuo Takada, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Ítalo Orcelli, 796); ao Vereador Augusto Cogo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Ítalo Orcelli, 658) CEP 87567-000.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1602

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no Jornal Indústria &

Comércio, do dia 26 de junho do corrente sob o título "Gionedis confirma que Paraná ainda não atendeu o Banco Central", anexada ao presente.

Neste termos pede deferimento, conforme dispõe sobre o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1603

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no Jornal Gazeta do Paraná, do dia 26 de junho do corrente, sob o título: "Desde maio, BACEN cobra informações para reexaminar pedidos. Jaime Lerner sonega", anexada ao presente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO Nº 1604

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no Jornal Gazeta do Paraná, do dia 26 de junho do corrente, sob o título: "Senadores solidários a Osmar e a Requião, criticam Lerner", anexada ao presente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### Projeto de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 314/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Artigo Único - Acrescenta o inciso VII ao Artigo 4º da Lei nº 11.253.

"VII - 15% (quinze por cento), do total arrecadado na venda das ações ordinárias e/ou preferenciais, ficam destinados a projetos de investimentos na área de educação e saúde".

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoio: Cezar Silvestri, José Maria Ferreira, Caíto Quintana, Re-

nato Adur, Doutor Rosinha, José Tavares e Luiz Claudio Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna nesta tarde, é para fazer um breve comentário a respeito da votação que ocorrera ontem na Câmara dos Deputados em Brasília, onde permanece até o presente momento, o Deputado Sâmis da Silva, acompanhando o que se discute sobre o FEF, o Fundo e Estabilização Fiscal. E, para surpresa de todos nós, a comissão que analisa o FEF, no fim da tarde do dia de ontem, acabou por aprovar a emenda da Deputada Ieda Cru-  
cius, , que ela contempla, em forma de compensação, 50% do que os municípios paranaenses e brasileiros vêm perdendo até o presente momento, para o ano de 97, que chega na casa dos 250 milhões de reais.

Para o ano de 98, uma compensação estimada na casa dos 60%, que chega em termos de valores a 670 milhões de reais, e para o ano de 99, uma compensação de 80%, chegando a 990 milhões de reais.

Na comissão especial do FEF é assunto liquidado. Porém, em contato, hoje pela manhã, e ontem à noite mesmo com o Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Paraná, e outras lideranças municipalistas, é bom que fiquemos sob alerta, porque a partir da semana que vem, esse substitutivo irá ser debatido e votado na Câmara dos Deputados Federais.

Parece-me que haverá necessidade de uma mobilização dos prefeitos do Estado do Paraná, para acompanhar de perto e dar aquela sustentação logística aos nossos Deputados federais, porque na verdade não contempla, não atende os interesses de todos os municípios paranaenses, até porque o Governo federal já há muito tempo vem retirando sistematicamente recursos de todos os municípios do Estado do Paraná, desde a criação do Fundo Social de Emergência, até o hoje, o Fundo Social de Estabilização.

Talvez, com a presença maciça dos prefeitos do Estado do Paraná e do resto do nosso país, possam os Deputados federais, no seu primeiro momento, votarem pela extinção, em definitivo, do FEF.



Os quatro destaques que estão em jogo, que estão em discussão lá no Congresso, dois deles dizem o seguinte: o primeiro, exclui os Estados e os municípios com relação ao FEF; e o segundo, exclui somente os municípios. São os dois destaques que interessam a sua aprovação, através do Congresso Nacional.

Portanto, Srs. Deputados, fica aqui, mais uma vez, registrada a nossa preocupação, e por que não dizer o nosso descontentamento pela aprovação desta emenda, em que pese que complementa, que ressarce, que contempla com um percentual um pouco maior daquilo que se discutia no momento que era na casa dos 40%. Mesmo assim, a luta, evidentemente, continua até o último instante no Congresso Nacional, quando da votação do Fundo de Estabilização Fiscal.

Outro assunto, Srs. Deputados, que me traz nesta tarde aqui na tribuna, é para pedir o apoio de Vossas Excelências para um projeto de lei que demos entrada ontem, com o apoio, a aquiescência, do nosso Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, e que já tive mais de 18 assinaturas no requerimento, dando apoio a este Projeto de Lei nº 305/97, que parcela o IPVA - Imposto de Veículos Automotores, em até 12 vezes, e anistia às multas, correção monetária do IPVA em atraso definitivo. A exemplo do que fora aprovado recentemente, com relação ao ICMS das empresas.

Espero que os Srs. Deputados possam, logo mais, inclusive com a criação por determinação do nosso presidente, de uma Comissão Geral específica para dar o seu parecer, para que até amanhã, que é o último dia do nosso período legislativo, possamos votar em definitivo, e que possa seguir ao Palácio Iguaçu para ser evidentemente sancionado pelo Governo. A exemplo do que vai acontecer com o projeto que anistia o ICMS em todo o Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Tinha mais um outro assunto para tratar nesta tarde, mas por hoje fico com esses dois. Amanhã, se houver tempo necessário, vou tratar de outro assunto. Apenas deixando como um alerta para todos nós, que a contribuição confederativa que se cobra hoje de todos os agricultores do nosso Estado e de todo o nosso País, ela é superior ao Imposto Territorial Rural.

Nunca vi até hoje uma contribuição a um determinado sindicato ser superior, meu prezado Deputado Horácio Rodrigues, ser superior ao imposto que

está sendo cobrado no presente momento. É algo que vem castigando duramente, há muito tempo, todos os nossos agricultores do Paraná, e que a Assembleia Legislativa, e se possível amanhã ou em agosto, haveremos de levantar esta questão aí, porque vem em detrimento, vem em prejuízo, e é uma "sacanagem" o que a Confederação Nacional vem fazendo com os nossos agricultores do Estado e de todo o nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta semana, ou provavelmente na próxima, será votado em Brasília o projeto de lei da Deputada Marta Suplicy, que legaliza a vida conjunta de pessoas do mesmo sexo.

Neste próximo sábado é comemorado o Dia Mundial da Consciência Homossexual, na qual desejamos então que esse projeto, próximo a essa data, seja mais uma comemoração daqueles que hoje são vítimas de discriminação.

Este Dia Nacional da Consciência Homossexual, vai trazer para Curitiba, na Rua XV, uma manifestação daqueles que lutam pelo fim do preconceito em relação a orientação sexual. Por isso, vou ler uma carta que expõe qual é a razão da luta dos homossexuais e qual o desejo desse segmento importante da nossa sociedade.

(Lê): "Minuta do discurso comemorativo ao Dia Mundial da Consciência Homossexual, a ser lido no Plenário de todas as Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas do Brasil, inclusive no Congresso Nacional, na semana que antecede ao dia 28 de junho.

#### DIA DA CONSCIÊNCIA HOMOSSEXUAL

Todos os oprimidos têm um dia de luta: 8 de março, Dia da Mulher; 19 de abril, Dia do Índio; 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Faz sentido existir também o Dia dos Homossexuais? Sim! Os homossexuais também têm seu dia: 28 de junho.

Os gays e lésbicas representam mais de 10% da população mundial. No Brasil são mais de 16 milhões de seres humanos desprezados, discriminados, violentados, assassinados. Só nos últimos 15 anos mais de 1600 homossexuais foram barbaramente executados, vítimas da homofobia - a intolerância à homossexualidade. A cada 3 dias um ho-



mossexual é assassinado no Brasil! Por que tanto desprezo e violência? Simplesmente porque os homossexuais são considerados marginais, doentes, pecadores, e nossa sociedade cristã legítima o terror contra os gays, lésbicas e travestis.

Por que um dia da consciência homossexual?

Os gays lutaram duro para ter um dia no ano. Tudo começou em 28 de junho de 1969, em Nova York, quando os homossexuais, cansados de apanhar da polícia, que toda noite invadia seus espaços de lazer, reagiram e ganharam a batalha contra a prepotência policial. Nos anos seguintes, os homossexuais do mundo inteiro adotaram 28 de junho como o "Dia do Orgulho Gay", hoje chamado de Dia da Consciência Homossexual". Nas principais cidades do mundo, os gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e simpatizantes enchem as ruas proclamando: *É legal ser homossexual!* E, S. Francisco, Nova York, nas principais cidades do Canadá e da Europa, autoridades e políticos se juntam a milhões de homossexuais que saem às ruas para defender seus direitos de cidadania. No Brasil, desde 1981, o Grupo Gay da Bahia comemora todos os anos esta data, assim como no Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba.

Por que ter orgulho de ser homossexual?

Foram necessários muitos anos de resistência, luta e contestação para que chegasse um dia, na década de 60, em que os negros pudessem declarar: *"Negro é bonito!"*. Serão necessárias ainda quantas gerações para que todas as pessoas reconheçam que mulheres e homossexuais devem ter os mesmos direitos que os machões; que a cor escura da pele do índio ou do negro não implica em inferioridade? Não existe raça superior, não existe sexo superior, não existe sexualidade superior. Sexo é prazer, comunicação, vida. A livre orientação sexual é um direito inalienável de todo ser humano, seja homossexual, bissexual ou heterossexual. Ser homossexual não é doença: desde 1985 o Conselho Federal de Medicina e desde 1990 a Organização Mundial da Saúde excluíram a homossexualidade da classificação de doenças. Ser homossexual não é crime e teólogos modernos defendem que o amor entre pessoas do mesmo sexo não é pecado. A discriminação sim é proibida pela Constituição.

O que querem os homossexuais?

Eles querem simplesmente ser tratados como seres humanos, com os mesmos direitos e deveres dos demais ci-

dadãos. Querem cidadania! Os gays não desejam mudar a orientação sexual de ninguém, mas também não aceitam que queiram "cura-los" ou "converte-los" - do mesmo modo como os negros e índios lutam para que sejam respeitados na sua especificidade existencial.

Neste Dia Mundial da Consciência Homossexual, em todo o Brasil, nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e em Brasília, estão sendo lidos discursos como este, rompendo a conspiração do silêncio e do ostracismo que até hoje paira contra mais de 16 milhões de cidadãos e cidadãs homossexuais, cujo único pecado é amarem seus semelhantes. Que chegue logo o dia em que não mais seja necessário que os negros, índios, homossexuais e mulheres tenham apenas um dia especial no ano para denunciar o preconceito e discriminação de que são vítimas. Que nos unamos contra o preconceito e a ignorância para que seja logo realidade o que a nossa Constituição Cidadã prognosticou em seu Artigo 3º, parágrafos I e IV: "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa, solidária, promovendo o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Por isso, queremos que chegue logo o fim da discriminação, o fim do preconceito, em relação à raça, em relação a conceitos filosóficos, em relação a conceitos religiosos, e em relação a orientação sexual de todo e qualquer cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com satisfação que hoje usamos da palavra nesta tribuna, para relatar alguns fatos de jovens paranaenses, que participando de um campeonato mundial nos Estados Unidos, em Arkansas, na categoria juvenil, sagrou-se campeão um jovem de 15 anos. Trouxe para o nosso esporte, para nosso rol de vitórias, o título de campeão mundial, em Arkansas, na categoria juvenil, campeonato realizado entre os dias 12, 13 e 14 de junho. Trata-se de Marcelo Resende, que está aqui, e pediria que se levantasse. Juntamente com seus pais: Joice e Laércio, juntos sua irmã Monique e seus orgulhosos avós Aderaldo e Adelina. Foi, sem dúvida, um esforço pessoal da família - sem apoio, para

que pudesse levar até os Estados Unidos, e assim trouxe ao nosso Estado, uma bela medalha de Campeão Mundial.

Mas, se nos queixamos e reclamamos do apoio oficial, contou, a família de Marcelo, com a ajuda da Broadway Participações e Eventos S/C Ltda., de Piracicaba, do qual o Presidente Anibal Khury tem participação, por ter contribuído para que este fato pudesse realizar-se. Juntamente com Jair Jonas e o primo Gerson Longato. O Marcelo é estudante do 1º ano do 2º grau de Processamentos. Ele participou, com 10 mil concorrentes, aí mostra a grandeza e a importância. E Não foi só o Marcelo. Os nossos atletas anônimos, circunscreve: Carlos Gloger, de Curitiba, ganhando o bi-campeonato mundial; Carolina Pires, Cascavel, 17 anos, também sagrou-se campeã na sua categoria; Marcelo Colla, Cascavel, 17 anos e Fábio Augusto Coraça, Cascavel, 15 anos.

Parabéns à nossa juventude, e parabéns aos familiares, que não mediram esforços para esta laurea, esta honra, que é ser campeão mundial.

Além deste título, ele também foi campeão brasileiro, em Ponta Grossa, em agosto de 96; campeão sul-americano - disputado em Foz do Iguaçu, em setembro de 96; e campeão panamericano - disputado em Assunção, no Paraguai, em 96.

O seu treinador e taekondo é o professor Zanibone, e o Marcelo só tem um anos e dois meses em atividades nesse esporte, já revelando-se aí um verdadeiro campeão, que com certeza, teremos a oportunidade de verificar e de constatar o seu brilhantismo, e as suas vitórias, que deverão ser carregadas para o nosso Estado e o nosso País.

Aproveitando a oportunidade, gostaria de chamar a atenção para o Governo, de uma juventude que se despenda, e sei que o Governo está fazendo a Vila Olímpica. E, mais do que nunca, estão aí os jovens para ocuparem este espaço, que honrará o nosso esporte e a nossa nacionalidade.

Muito obrigado à família de Marcelo, aos seus avós, a seus pais e a sua irmã. Que possamos continuar, Sr. Presidente, contando com a vitória desse jovem por muitas e muitas disputas, que com certeza acontecerão.

Muito obrigado, Marcelo, muito obrigado aos familiares, obrigado pela presença nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Antes de passarmos a palavra ao próximo orador inscrito, ilustre Deputado Joel Coimbra, é com satisfação que a Mesa Executiva, em nome do Presidente Anibal Khury, cumprimenta o ilustre atleta que elevou o nome do Brasil no contexto mundial, bem como seus familiares, seus avós, e também o ilustre Deputado José Maria Ferreira, que trouxe esta notícia até este Plenário.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Sr. Presidente, demais integrantes da Mesa, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores.

Daqui há pouco deveremos votar em 1ª discussão, o Projeto de Lei nº 100/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação do Fundo Rotativo no Poder Judiciário.

Aproveitando o ensejo, gostaria de mencionar que hoje fomos honrados com a visita de uma comitiva composta por juizes e promotores de justiça do interior que vieram até a Presidência, trazer o agradecimento dos integrantes do Ministério Público do Poder Judiciário, com relação ao apoio agora recebido dos Deputados, da nossa Presidência, de todos os Parlamentares com relação as suas reivindicações e manifestar algumas preocupações com relação a certos dispositivos da nova lei de organização e divisão judiciária.

Inicialmente, é importante ressaltar - posso dizer isso porque sou membro do Ministério Público - o apreço e o reconhecimento dos integrantes do Ministério Público e da Magistratura, com relação ao apoio que sempre receberam do Poder Legislativo. E posso dizer também, e posso testemunhar o apoio que o Poder Legislativo sempre destinou a estas instituições. Basta ver, que nesta legislatura mesmo, votamos várias matérias de interesse do Judiciário do Ministério Público, do povo do Paraná em geral, e todas elas foram aprovadas. Projetos de reestruturação, criação de cargos, projetos de criação de cargo de procurador, juizados especiais e assim por diante.

E desta feita, os integrantes do Ministério Público e da Magistratura, especialmente do interior, têm uma preocupação com relação ao dispositivo do projeto de lei de organização judiciária, que trata da criação da entrância especial de Curitiba.

Como sabemos, a Divisão Judiciária do Paraná está hoje escalonada da seguinte maneira: Comarca de Entrância

Inicial, Comarca de Entrância Intermediária e Comarcas de Entrância Final.

Há algum tempo, em função de uma luta muito bem ordenada, respeitosa e respeitável, conseguimos a elevação das Comarcas de Maringá, de Londrina, de Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Cascavel, a condição de entrância final.

Foi uma medida que trouxe extraordinários resultados para a justiça do Paraná e do interior especialmente. Principalmente porque os profissionais, os magistrados, os membros do Ministério Público, a partir do momento que não tinham mais aquele compromisso de serem promovidos, de galgar mais um degrau na carreira. Eles passaram a se integrar às comunidades dessas comarcas, eles transformaram-se em cidadãos dessas comarcas, e então aprimoraram e se consolidaram nesses lugares.

Hoje, com a criação da Comarca de Entrância Especial, criamos uma situação nova que só traz inconveniência, e não traz nenhuma vantagem. Por que só traz inconvenientes? Porque, ao elevar a comarca de Curitiba a entrância especial, vamos elevar o salário dos juizes e dos promotores, vamos elevar o salário dos funcionários da justiça, vamos elevar o preço das custas e dos emolumentos, mas sem nenhuma contrapartida a favor da população. Não teremos nenhum mecanismo novo que possa apresentar à população, para dizer que teremos a agilidade nos serviços. Tornaremos uma justiça mais cara, tornaremos uma justiça mais lenta, mas continua de difícil acesso à população.

É interessante perceber que existe uma reivindicação, que esta sim, implica na agilização da justiça. A elevação de algumas comarcas à categoria de entrância final, que é a criação de algumas varas, que é a criação de algumas comarcas.

**O Sr. Cezar Silvestri** - Deputado Joel

Coimbra, quero somar-me ao seu pronunciamento, e aproveitar a oportunidade de levar a minha preocupação, como representante de Guarapuava, de toda a região Centro-Oeste, e Vossa Excelência sabe que milito na área da aspiração de toda a família forense, com relação à elevação da Comarca de Guarapuava para a entrância final.

A Comarca de Guarapuava é uma das comarcas mais antigas do Estado do Paraná, e nada mais justo que nós, Deputados Estaduais, aproveitemos essa oportunidade, e quero aqui, publicamente, pedir apoio para todos os Deputados, inclusive para Vossa Excelên-

cia, para que incluamos, através de emenda nesse projeto de lei, essa reivindicação, que não é do Deputado Silvestri, é da família forense e de toda a comunidade, não somente de Guarapuava, mas de toda a região Centro-Oeste do Paraná.

**O SR. JOEL COIMBRA** - Eminentíssimo Deputado, a Comarca de Guarapuava é uma comarca trabalhosa. Conheço a Comarca de Guarapuava, trabalhei em Prudentópolis, e é uma região trabalhosa e que realmente merece ser atendida nessa justa postura que Vossa Excelência tem feito com oportunidade.

Mas, veja bem, então, como Vossa Excelência acabou de colocar, poderíamos resolver a questão fazendo justiça à população e agilizando o processo da justiça, elevando comarcas como Guarapuava, criando varas, criando algumas comarcas, no entanto, essa questão está sendo colocada num plano secundário da discussão.

É bom lembrar, que há dias atrás, sob a argumentação de que havia a necessidade de poupar recursos, foi vetado, por dispositivos da Lei dos Juizados Especiais, que aprovamos aqui, que instituiu a remuneração dos conciliadores. Isso criou um desestímulo naquela legislação, praticamente anulou os efeitos vantajosos que estávamos construindo aqui neste Plenário. E agora, vemos uma proposta mais ousada, uma proposta mais cara e que não apresenta nenhum benefício.

Penso que deveríamos trabalhar, isto sim, para instalar os Tribunais de Alçada do interior, que está previsto na Constituição Estadual, para atender as reclamações dos Deputados, através dos pleitos de elevação de comarcas, de criação de varas, de instalação de outras comarcas, e aí estaríamos dando a resposta ao povo do Paraná.

Gostaria de mencionar sobre uma questão, apenas chamar a atenção para um raciocínio equivocados que tem sido apresentado aos Deputados, no sentido de que, por ser um projeto do Poder Judiciário, não poderíamos apresentar emendas a esta lei. É um argumento sem sentido, porque se o Parlamento não pudesse apresentar emenda à lei, não haveria necessidade da lei ser trazida até aqui. Poderíamos até dizer que então, o Governador do Estado, também não poderia opor vetos à lei.

Na verdade, isso iria destoar o sentido democrático que inspira essas figuras, onde podemos legislar e o Poder Executivo participa da legislação, vetando ou sancionando este projeto.

Diante disto, deixamos o nosso registro, a nossa preocupação, e já pedimos aos eminentes colegas que so- mem conosco neste esforço de evitar esta modificação, e façamos um mutirão para que possamos construir uma nova legislação, mais prática, que nos proporcione criar condições de ter uma justiça ágil, barata e acessível à população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que a Mesa Executiva, em nome do Deputado Líder do Governo, Rossoni, anuncia em nosso meio a presença dos Srs. Manoel Valdir Tabor, Presidente da Câmara de Piên; Orlando Lieber, membro do PTB, da sua Comissão; e ainda de José Luiz, gerente de negócios do BANESTADO de Taboão da Serra, em São Paulo. Estejam em casa estes visitantes.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tenho dito, em toda a minha carreira Parlamentar, que sem o Poder Judiciário, sem o Ministério Público, vamos perder as asas das nossas liberdades constitucionais. O dia em que a família brasileira perder os designios de um juiz, de uma juíza, de um promotor, de uma promotora, de um procurador de justiça, de um desembargador, enfim, o dia que perdermos o Poder Judiciário e o Ministério Público, vamos perder a bandeira do Brasil, o Hino Nacional, vamos perder a Constituição Brasileira e vamos perder a democracia brasileira.

Mas, não posso, meu querido Deputado Romanelli, Caíto, Joel Coimbra, concordar com o projeto que virá a esta Casa, do Tribunal de Justiça.

Faço uma reflexão. Quero entrar na mente e no coração dos senhores. Os senhores não foram eleitos, não obtiveram votos só na Capital, ou só no seu município de origem. Os senhores são Deputados do Paraná. Deputado Horácio, o senhor é Deputado do Paraná. O senhor não é Deputado de Curitiba. O Deputado Joel Coimbra não é Deputado de Maringá, ele é Deputado do Paraná. O senhor está aqui para respeitar o Paraná. O senhor é um paranista.

Não posso permitir que o Tribunal de Justiça retroceda. Temos é que modernizar o nosso Poder Judiciário. Temos que respeitar a Constituição que Vossa Excelência, Deputado Joel, não

fez, mas eu fiz a Constituição deste Estado, elaborei, neste Plenário, contra a inteligência do Deputado Caíto - quantas vezes briguei com ele neste Plenário, e ele, sentado naquele canto ao lado da Bíblia, discordava das minhas idéias. Íamos para os grandes debates, ao lado da Deputada Irondi Pugliesi, esta mulher valorosa que defendeu, brigou com o Deputado Caíto para fazer da nossa Constituição uma Constituição voltada para a justiça e para a justiça social.

E lembro-me de tantos outros companheiros, que não mais voltaram a esta Casa, que deixaram aqui marcado na Constituição Estadual a sua luta com o Deputado Caíto, que as vezes dava vontade de ir lá chacoalhar a cabeça dele, brigar com o Caíto e colocar dentro da cabeça dele os anseios que tinha a Deputada Irondi, na sua luta em defesa da mulher brasileira do meu Estado. Se eu estiver mentindo, que a Deputada Irondi me desminta.

O Deputado Haroldo Ferreira, Vossa Excelência se lembra, Deputado Caíto, do Deputado Haroldo Ferreira? Quantas vezes o Deputado brigava com Vossa Excelência, na época da Constituição, quantas emendas que assinei com a Deputada Irondi, o Deputado Haroldo, e que devagarinho Vossa Excelência foi colocando no contexto, mas Vossa Excelência era "osso duro de roer". Mas, conseguimos muitas vitórias na Constituição.

E na Constituição, Deputado Joel Coimbra, colocamos que precisamos modernizar a justiça do Paraná. Como, Deputado Joel? Vossa Excelência, que foi um brilhante promotor público, que dignificou com galhardia o Ministério Público do meu Estado, permita-me Vossa Excelência, temos hoje o melhor Ministério Público do Brasil no Paraná, temos hoje o melhor Poder Judiciário do Brasil no Paraná, temos, permita-me Vossa Excelência, a melhor Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná. E o Tribunal de Justiça, com este projeto, Deputado Joel, não quer descentralizar a justiça, levar a justiça à minha mão negra que mora numa favela, que tem a cor de Nossa Senhora Aparecida, ou a minha mãe branca, que tem a cor da Virgem Maria, que também pode morar no palácio. A mãe que mora numa choupana, ou a mãe rica.

Precisamos levar a justiça para mais perto do povo, não tirar a justiça de perto do povo. Não, precisamos criar, Deputado Joel Coimbra, oxalá a minha voz saia deste concreto armado e chegue lá no Tribunal de Justiça, e eles entendam a posição deste Deputado

pé vermelho, deste Deputado adotado por Curitiba, coxa branca, e adotado por todas as cidades do Paraná, porque tive votos em todas elas, e tenho que respeitar o voto que tive em qualquer cidade do Paraná, que precisamos criar os Tribunais de Alcáda, criar em Guaruapuava, criar em Ponta Grossa, criar em Londrina, criar em Maringá, criar em Cascavel, criar em Foz do Iguaçu.

Não podemos, com esse projeto que está por vir, Deputado Joel, Deputado Horácio, Deputado César Seleme, Deputado Cezar Silvestri, minha querida Deputada Irondi, não vamos poder permitir que se crie aqui uma entrância especial, vamos diminuir o poder, Deputado Caíto, do juiz de Arapongas, de Apucarana, de Cambé, terra do Deputado Durval Amaral. Vamos diminuir o juiz da terra de Pitanga, do meu querido Deputado Renato Adur.

Precisamos, meu Deus do céu, não é retroceder, é caminhar para a modernização, Deputado Caíto. Esse projeto, ele não moderniza nada, absolutamente nada.

Vamos criar na Capital uma entrância da lorde, com todo respeito, sem ofensas. Não posso admitir isso, nem o Deputado Anibal Khury pode permitir isso, que é o líder do meu Parlamento. Não posso permitir que se crie a entrância especial. Acho que o Tribunal de Justiça da capital, ela já é o grande Tribunal do meu Estado, ele é o poderoso do meu Estado.

Defendo o Poder Judiciário, Deputado Horácio, defendo todos os dias na televisão, porque a justiça, sem ela não somos nada, Deputado Horácio. Nada. Sem o Poder Judiciário, sem o Ministério Público, volto a repetir, Deputado José Maria, perderemos as asas das nossas liberdades.

Por isso, faço questão de defender o juiz, a juíza, o promotor, a promotora, e vou defender sempre, contra tudo e contra todos, o Poder Judiciário do meu Estado. Porque hoje, como disse, temos o melhor Poder Judiciário do Brasil, no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Só queria que o ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti concedesse um minuto de pausa no seu pronunciamento, para que os Srs. Deputados possam cumprimentar o ilustre Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador que nos honra aqui na Casa, e logo em seguida, em dois minutos, devolvo a palavra a Vossa Excelência.

(Pausa)

Continua com a palavra, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só queria parabenizar a visita do nosso Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Henrique. Ele é uma figura extraordinária, tem um carisma fantástico e é uma satisfação, porque gosto de falar de frente. Como disse: respeito o Poder Judiciário, e diria ao Presidente do Tribunal de Justiça que aqui está, que é o melhor Tribunal de Justiça que temos hoje no Brasil. Como temos o melhor Ministério Público do Brasil, hoje, no Paraná. Diria mais, Deputado José Maria Ferreira, Vossa Excelência que é um Deputado municipalista, de garra, empreendedor, luta por suas convicções, hoje, o Paraná é o melhor Estado do Brasil.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Deputado Alborghetti, Vossa Excelência traz para discussão um assunto muito importante, e que trata de uma das maiores conquistas da democracia e do estado de direito. Que é justamente a parte que se administra e se aplica justiça. Ainda mais premiado que foi com a presença do nosso Presidente do Tribunal de Justiça, e que hoje dá demonstração de harmonia entre os três Poderes.

Mas é oportuna a presença do Desembargador e Presidente do Tribunal - a quem admiramos e respeitamos. Mas, também, não poderíamos deixar de compartilhar com a colocação que faz Vossa Excelência na tribuna, no sentido de que as entrâncias de Londrina, Cascavel, Maringá, Foz do Iguaçu e Guaruapuava, que ainda não é entrância final.

Mas, o Cezar Silvestri fez, hoje, uma solicitação em nome da família guarapuavana e da família do Judiciário, de que também reconheça a nossa Guarapuava, e eleve Guarapuava com entrância final. E o projeto que tramita nesta Casa, esperamos que venha para descentralizar o Judiciário, venha dar mais agilidade. E se fizermos hoje a votação, no espírito do projeto que está na Casa, não quero crer, Deputado Alborghetti, que vá propiciar agilidade, vá propiciar a rapidez para que ela possa fluir. E tem mais um detalhe. O interior, especialmente Londrina, lutou tanto e por tantos anos para que pudesse ser elevado a categoria de entrância final.

Nós, com esta elevação reconhecida no passado, nivelamos com o Judiciário da capital. E hoje, se fizermos o reconhecimento da entrância especial, com certeza, por vias indiretas, estaríamos rebaixando as comarcas de entrância final do interior do Estado.

Por isso, deixamos aqui o nosso posicionamento, e de que o Desembargador, Presidente do Tribunal de Justiça, também se assente a isto, e mude o projeto que está aqui, para que possamos manter a mesma hierarquia, e de tal forma, que no futuro não tenhamos o afunilamento da justiça para todos os magistrados que quiserem alçar ao Tribunal de Alçada.

Porque hoje, no nosso entendimento, todos os juizes de entrância final que quiserem passar ou precisarem ou tiverem oportunidade de ascender ao Tribunal de Alçada, terão que passar por Curitiba, porque seria a entrância especial. Esta é a contribuição que deixo, e tenho certeza que o Presidente Henrique Lens terá condições de compatibilizar o projeto com as nossas aspirações.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Concedo aparte ao Deputado Eduardo Trevisan.

O Sr. Eduardo Trevisan - Deputado Alborghetti, minhas homenagens pelo pronunciamento que Vossa Excelência faz, e Vossa Excelência, tão iluminado que faz o pronunciamento, no exato momento em que esta Casa recebe a honrosa visita do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Henrique Lenz Cesar. E Vossa Excelência aborda um assunto muito importante, que nós Deputados do interior estamos realmente sentindo no nosso dia-a-dia, a partir das manifestações de juizes e promotores das comarcas do interior de entrância inicial, intermediária e final que têm manifestado a sua preocupação quanto a esse novo projeto do código de organização e divisão judiciária do Estado do Paraná, que já está nesta Casa, projeto que cria novas comarcas, dispõe sobre o funcionamento do Poder Judiciário, mas que também traz no seu bojo essa elevação de Curitiba à categoria de entrância especial.

As comarcas do interior, que já são de entrância final, como Londrina, como Foz do Iguaçu e algumas outras, têm manifestado o seu descontentamento, a sua preocupação pelo fato de que a elevação de Curitiba à categoria de entrância especial equivale a rebaixar essas comarcas que já conquistaram o

direito de ser entrância final, como por exemplo Londrina, a de certa forma a uma categoria de entrância intermediária.

Na Folha de Londrina saiu uma reportagem do Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Paraná, e ele fez uma comparação muito feliz com o futebol. A criação de uma entrância especial equivale a criar...

(Tímpanos)

Encerro o meu aparte. Depois me manifesto, Deputado Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para finalizar o meu pronunciamento, queria dizer ao meu querido Desembargador Dr. Henrique, tenho por Vossa Excelência, com a cara limpa, o mais profundo respeito e sempre terei, ao Dr. Antonio Loyola, que está aqui, digo porque Dr. Henrique, como digo no meu programa de televisão, que tem hoje a maior audiência da televisão brasileira do Paraná. Sem o Poder Judiciário, vamos perder as asas das nossas liberdades constitucionais.

Vossa Excelência preside hoje o melhor Tribunal de Justiça do meu país, temos o melhor Ministério Público do Brasil no Paraná, temos o melhor Parlamento do país no Paraná.

Pediria a Vossa Excelência, que através da sua assessoria, procurasse rever no bojo desta mensagem que virá, não agora, talvez em agosto, que precisamos criar os Tribunais de Alçada em Londrina, e nas cidades que se fizer necessário.

Transmito do meu coração ao coração de Vossa Excelência, em nome de milhares e milhares de promotores, promotoras, juizes e juizas de todo o meu Paraná, esse Paraná que não tive como berço, mas que vou ter como túmulo. Descentralizar já! É o que espero de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência quer manifestar a Sua Excelência o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Henrique Cesar, o mais profundo respeito, como já os Deputados disseram aqui, pelo Poder Judiciário.

Graças a Deus, felizmente a atual direção do Tribunal de Justiça, mantém com a Assembléia Legislativa o mais respeitoso relacionamento, não só com a Assembléia, mas com o Poder Executivo.

Vossa Excelência o Desembargador Henrique Cesar será sempre bem recebido nesta Casa, porque temos orgulho



pela condução que Vossa Excelência imprimiu no Tribunal de Justiça, sem falar dos outros presidentes, mas Vossa Excelência tem um jeito altamente democrático de conduzir os trabalhos da justiça.

Vossa Excelência está aproximando cada vez mais a justiça do povo. Sinta-se em casa, Desembargador, e a minha saudação também ao Dr. Loyola.

E hoje estamos votando uma matéria de importância para o Tribunal de Justiça, que é a criação do Fundo. Creio que esta aprovação será por unanimidade.

E a nossa saudação ao companheiro Nelson Justus, que também está aqui.

Horário das Lideranças.

PTB, PDT.

(Todas declinam)

PMDB. Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Havia solicitado à Liderança do PMDB para ocupar este horário, e para chamar a atenção dos nobres companheiros da Casa, que durante o recesso pudessem analisar, ler, interpretar a nossa Constituição, e aquilo que está acontecendo nas mudanças da Constituição Federal, porque iniciaremos em agosto, efetivamente, um processo contínuo de revisão da Constituição do nosso Estado do Paraná.

E sobre aqueles que acreditam, prezado Presidente Desembargador Henrique Lenz Cesar, acredita que da revisão constitucional, por estar determinada na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual de 1989, do nosso Estado, ela é muito mais abrangente do que apenas uma adaptação àquilo que eventualmente tenha mudado ou venha mudar na Constituição Federal. Ela pode incluir e retirar artigos que não firam a Constituição Federal, bem mais abrangente, porque exatamente esse é o espírito de uma revisão.

Então, iria falar exclusivamente sobre isso, Sr. Presidente, mas vendo o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, naquela tribuna, Deputado, quero aqui, talvez, na última reunião da Assembléia, neste semestre, enaltecer a figura do Parlamentar, não do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, mas do Parlamentar que estava na tribuna, defendendo o ponto de vista seu, defendendo o interesse da sua região majoritária, evidentemente, que é a Cidade de Londrina, a capital do interior do Paraná

e adentra a esta Assembléia, nem mais nem menos do que a figura do Presidente do Tribunal de Justiça, que tem a ver com o projeto de reforma a ser mandado a esta Casa.

Qual a postura do Deputado Alborghetti, que estava na tribuna? Encerrar o seu pronunciamento, declinar da sua fala, mudar o rumo daquilo que pensa e acredita? Não. Após a pausa necessária para os cumprimentos, continua ele com o mesmo ímpeto, com a mesma visão, defendendo o seu ponto de vista da instalação dos Tribunais de Alçada no interior.

Acho que isto sintetiza a figura, nobre Presidente, dos Parlamentares desta Casa, que muitas e muitas vezes cercados por estas paredes discutem com profundidade as leis que interessam ao nosso Estado do Paraná e talvez, por não termos o orçamento de imprensa, talvez por não termos aqui um canal alternativo de televisão transmitindo as nossas reuniões, uma rádio transmitindo os nossos pronunciamentos, não chegue aí fora, não vaze na sociedade a grande preocupação que este Parlamento tem e o debate que faz com referência aos assuntos mais palpitantes do Estado do Paraná. É pois o Parlamentar aquele que procura discutir na profundidade as transformações necessárias na legislação do nosso Estado.

E quero aproveitar esta colocação e este gancho para chamar uma vez mais, e ficar naquilo que pensava falar no meu pronunciamento, na importância da revisão constitucional e daquilo que colocamos na nossa Constituição, porque nela, Presidente, consta a instalação dos Tribunais de Alçada no interior, tanto de Londrina, Cascavel, Ponta Grossa e outros mais, não recorde quantos, mas existem.

Se foi discutido profundamente com o Tribunal de Justiça ou não, é uma questão de analisarmos, como é questão de analisarmos quais as regras básicas do nosso Estado que podemos colocar na Constituição, para que não venhamos frustrar a opinião pública, Deputado Alborghetti, quando muitas vezes, constando lá nas disposições transitórias, uma determinação constitucional, ela acaba não sendo implantada e gera, portanto, uma determinada frustração numa região.

Espero que venhamos a discutir, sim, com toda a profundidade, este projeto quando aqui entrar.

Acredito, Presidente, na necessidade de termos, enfim, uma instância superior e única. Não há como numa hierarquia não termos uma instância



maior, que seja o recurso de todas as demais. Acredito profundamente nisto. E portanto, esta discussão vai se acentuar aqui dentro. Mas vejo com bons olhos.

Deputado Alborghetti, seguramente, Deputado Edgar Bueno, representante de Cascavel e outros mais que já colocaram seu ponto de vista, o Deputado Tavares, talvez, que venha defender esta ampla discussão entre o Legislativo e o Judiciário, para que possamos fazer dela, aí sim, uma divisão judicial perfeita, que atenda os interesses do Paraná.

Muito obrigado pela oportunidade. Saúdo a sua presença nesta Casa. Nos orgulha, nos honra o seu espírito aberto e democrático, que seguramente é a confiança maior nesta hora, que no segundo semestre vamos votar tantas coisas importantes, como o próprio projeto de divisão do Judiciário, com os destaques já aprovados nesta Casa, a implantação, talvez, de um sistema diferenciado, esta relação Assembléia/Judiciário é profundamente importante para que possamos, acima de tudo, propiciar uma justiça mais barata, mais serena e mais à disposição da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta o Desembargador Henrique Cesar, se quiser fazer uso da palavra, ouviremos com muito prazer.

O SR. HENRIQUE CESAR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É a primeira vez que tenho uma participação assim tão honrosa, uma participação de uma Sessão da nossa Casa de Leis. Os nossos contatos pessoais têm sido quase que cotidianos. No entanto, quando entramos no âmbito do trabalho, quando participamos desse trabalho tão dignificante, que é o legislador, a emoção é muito maior. Não importava e não importa a amizade e o conhecimento que tínhamos de pessoa a pessoa, antes. Outras Sessões tinha assistido e presenciado, mas não vivenciado desta forma. E a manifestação que encontro é sempre a manifestação de consenso, de construções de idéias, de somatória de posições, em prol da nossa comunidade.

As mensagens que o Tribunal de Justiça tem encaminhado a esta colenda Casa, têm sido conhecidas, debatidas, discutidas, examinadas e aprovadas. Hoje ainda, está na pauta, o Fundo Rotativo, o Poder Judiciário. Perdoe-me se me estendo, Sr. Presidente, porque

era propósito tão somente agradecer, mas o Poder Judiciário é carente em infinidades de situações, inclusive e essencialmente financeira. A administração dos nossos fóruns são administrações que muitas vezes são feitas com as parcerias com os Srs. Prefeitos, que possam suprir a maior parte das vezes as deficiências financeiras do Judiciário.

Os nossos projetos e as nossas discussões de códigos de organização judiciária, já ultrapassaram há 6 anos. O término de legislaturas, por solicitação de retorno ao próprio Judiciário, para reexaminar - e isto nos leva, sinto, hoje, neste diálogo que se formou entre o Judiciário e o Legislativo, exatamente a idéia de ambas as Casas. A Casa das Leis e a Casa da Justiça.

Interessa-nos este diálogo, sem jamais a constatação, mas a assimilação de idéias que aperfeiçoe o estudo dos Desembargadores que centralizaram e centralizam, por força de lei, a mensagem que passará a ser examinada, provavelmente no segundo semestre, com alguns destaques já procedidos.

É evidente que neste diálogo que se forma entre estas duas Casas, entre estes dois Poderes, se busca, isto sim, o melhor atendimento para as nossas comunidades, para o nosso povo do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a satisfação de ter participado desta tarde, nesta hora de expediente, de ter tido a gratificação de poder dirigir-me aos Exmos. Srs. Deputados da minha terra paranaense.

Agradeço ao Exmo. Sr. Presidente, uma vez mais, por essa boa oportunidade, e peço que Vossa Excelência, Sr. Presidente, a douta Mesa e os Deputados, recebam, neste momento, o respeito e a admiração do Poder Judiciário, aos homens das leis do nosso Paraná!

Muitíssimo grato, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Ofício nº 117/97, subscrito pelo Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, comunicando que estará ausente do País no período de 04/07 a 14/08 do corrente ano, para atender convites da Embaixada da Espanha no Brasil e do PST de Portugal. Ciente - Anote-se.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando seu nome para compor a Comissão Permanente de Recursos Humanos desta Casa de Leis. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados na função de titular e suplente, para compor a Comissão de Direitos Humanos. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, devidamente apoiado, constante do expediente. À **Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**ITEM 01**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 104/97, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Pau d'Alho - Ensino de 1º Grau Regular, com sede e foro no Município de Assaí. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 31, de 19.03.97).**

**ITEM 02**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 238/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Bairro Alto, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 84, de 28.05.97).**

**ITEM 03**

**3ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 236/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação das Escolas Reunidas do Instituto Cristão, mantenedora do Colégio Instituto Cristão. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado.**

**ITEM 04**

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 296/95, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Centro de Promoção Humana do Município de Santa Fé, com sede e foro no Município de Santa Fé. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 576/96, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães de Capoeira Velha, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste - PR. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 189/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/97, que dispõe sobre a diretriz orçamentária do Estado para o exercício financeiro de 1998. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.O.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.O.. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto que recebeu a emenda será encaminhado à Comissão de Justiça.

**ITEM 07**

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 191/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que altera a redação do artigo 1º, caput, da Lei Estadual nº 11.500. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 218/97, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro em Chopinzinho. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

**1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 100/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação do Fundo Rotativo no Poder Judiciário, na forma que especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 29, de 18.03.97 - Of. nº 93/97).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 100/97**

**P A R E C E R:**

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo dispor sobre a criação do Fundo Rotativo no Poder Judiciário.

Sob o aspecto legal, regimental e constitucional, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 100/97

P A R E C E R:

#### Relatório

A presente propositura, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação do Fundo Rotativo no Poder Judiciário, na forma que especifica.

#### Fundamentação

Tal propositura já foi analisada e discutida pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, verificou não haver nenhum impedimento que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente  
DUILIO GENARI - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Marechal Arthur da Costa e Silva, com sede e foro no Município de Planaltina do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 63, de 06.05.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 195/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Marechal Arthur da Costa e Silva, de Planaltina do Paraná.

Da análise do referido projeto, e por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, não há óbice que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/97, de autoria do Deputado Albanor Gomes, que declara de Utilidade Pública o Clube de Xadrez de Araucária, com sede e foro no Município de Araucária. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 63, de 06.05.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 196/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Albanor Gomes, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube de Xadrez de Araucária, com sede e foro no Município de Araucária.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/97, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Educacional Lecristo, com sede e foro no Município de Curitiba / PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 64, de 07.05.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 200/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, visa declarar de Utilidade Pública a Sociedade Educacional Lecristo em Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontrou-se que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

## ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, mantenedora da Escola Centro Educacional para Excepcionais, com sede e foro no Município de São Pedro do Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 73, de 19.05.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 223/97

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reny Borsatto, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Centro Educacional para Excepcionais, com sede e foro no Município de São Pedro do Ivaí.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27.05.97.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

## ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/97, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública Estadual a Academia de Cultura de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. SEM PARECER. (COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO). (Publ. no D.A. nº 73, de 19.05.97).

COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO  
PROJETO DE LEI Nº 224/97

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, visa declarar de Utilidade Pública a Academia de Cultura de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Sob a análise técnica, legal e constitucional, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.05.97.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente  
TOTI COLAÇO - Relator

A Assembléia se torna em Comissão Geral.

O Deputado Toti Colaço, para relatar.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, com relação ao Projeto de Lei nº 224/97, analisando sobre o seu aspecto constitucional e legal, e na técnica legislativa, nada há que o impeça de ser votado nesta Sessão. Meu parecer, portanto, é favorável. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação. Projeto. Parecer. **Aprovado.**

## ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/97, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que cria um pólo agroindustrial e eletroeletrônico, liderado pelo Município de Pato Branco, com o objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a agroindústria e a indústria de eletroeletrônicos da região. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 93, de 10.06.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 269/97

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, visa criar um Pólo Agroindustrial e Eletroeletrônico, liderado pelo Município de Pato Branco, com o objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a agroindústria e a indústria de eletroeletrônicos da região.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/97, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo a anistiar multas e atualização monetária e parcelar em até 12 (doze) meses os IPVAs em atraso, no Estado do Paraná. SEM PARECER.

PROJETO DE LEI Nº 305/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a parcelar em até 12 (doze) meses, os IPVAs que estão em atraso no Estado do Paraná, até a publicação da presente lei, bem como a anistiar as multas e juros destes débitos.

§ 1º - O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados, importará na imediata exigência do saldo do IPVA, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

§ 2º. O disposto nesta lei não enseja a restituição ou compensação do IPVA ou de parcelas que tenham sido pagas.

§ 3º - Competirá ao DETRAN e a Secretaria da Fazenda, deixar à disposição do proprietário do veículo automotor, o demonstrativo do débito e do parcelamento e ao BANESTADO S/A a quitação das parcelas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) TOTI COLAÇO

**JUSTIFICATIVA:**

A presente lei tem como objetivo maior sanar um aspecto sócio-econômico de gravidade em nosso Estado. Há inúmeros veículos que estão com seu IPVA em atraso, não por relapso ou por esquecimento, mas por pura falta de condições financeiras de seus proprietários para quitá-lo. E hoje o veículo não é luxo, mas uma forma de sobrevivência. Assim como foi concedido benefício aos comerciantes de crédito tributário (ICMS) em atraso, da mesma forma é possível beneficiar também os proprietários de veículos automotores que encontram-se na inadimplência.

**SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 305/97**

**P A R E C E R:**

Analisado o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 305/97, que trata de anistia da multa do IPVA, respectiva atualização monetária, remissão dos juros e anistia das multas de trânsito estadual, conclui esta Comissão de Constituição e Justiça que nenhum óbice, quer de natureza constitucional, legal ou regimental se apresenta, apresentando o Substitutivo Geral anexo.

Portanto, é favorável o parecer.  
Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) RENATO ADUR

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI Nº 305/97  
Autor: Deputado Toti Colaço**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Os créditos tributários devidos em decorrência da legislação

do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e as multas de trânsito estaduais, lançados até 31 de dezembro de 1996, poderão ser parcelados em até 12 (doze) parcelas, com anistia de multa e da atualização monetária sobre ela incidente, e remissão dos juros, na forma de prazo estabelecidos em Decreto do Poder Executivo.

§ 1º - O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

§ 2º - O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 3º - O disposto neste artigo não enseja a restituição ou compensação de crédito tributário já extinto.

Art. 2º - No prazo de até sessenta dias contados da data de sua publicação, a presente lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.97.

(a) RENATO ADUR

O SR. RENATO ADUR - (Termina de ler)  
É o parecer.  
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o parecer.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto de lei autoriza o Poder Executivo a anistiar multas e atualização monetária. Assim como aquele que votamos ontem, em relação à receita fiscal, entendemos que deve ser de iniciativa do Poder Executivo. É o Poder Executivo quem legisla sobre IPVA e sobre multas que venha sobre ele incidir.

Não cabe a este Parlamento aprovar projeto de lei com esta característica, assim entendemos, de origem deste Parlamento, por iniciativa de Parlamentares.

Se começarmos a legislar sobre multas, sobre impostos de uma maneira geral e cada vez que um de nós apresentar um projeto de lei com essas características e esta Casa ficar aprovando, vamos fazer com que o Governo do Estado, o Estado do Paraná, de re-

pena não tenha fonte nenhuma mais, e nem âmbito terão os servidores de qualquer um desses órgãos da receita, a emitir multas ou a fazer qualquer tipo de fiscalização. Porque, logo em seguida, é anistiado por esta Casa.

Quero que registre a este parecer meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Substitutivo e o parecer. **Aprovados.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1602, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1603, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do regimento Interno.

Requerimento nº 1604, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1583, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Emerson Nerone, constante do expediente de Sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Conversando com o Líder do Governo, acordamos que estas informações serão prestadas na próxima semana. Neste sentido, retiramos este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimentos nºs 1585 e 1586, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos

Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1587, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1588, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1589 a 1600, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1601, de autoria dos Srs. Deputados Péricles Mello e Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1608, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1609, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Queria, nesta explicação pessoal, agradecer.

Saio daqui, hoje, não sei, estou muito emocionado, e com as mãos até geladas. Porque o Deputado Caíto me prestou uma homenagem nesta tribuna, que me faz sair daqui, agora, ao adentrar no meu gabinete ou a ir à Londrina, ou ir à minha residência, saio daqui com a cabeça erguida, porque, Deputado Caíto, a minha satisfação é grande de ouvir de Vossa Excelência, não é porque o Presidente do Tribunal de Justiça entrou neste Parlamento que ia mudar o meu posicionamento.

Jamais vou deixar de dizer, me permita, pela amizade que tenho pela Deputada Irondi, que ela, na Constituição, brigou com Vossa Excelência pelos seus ideais, não foi, Deputada? A senhora lutou pela mulher brasileira do meu Estado.

Não posso deixar de dizer, aqui, que todas as emendas que tive na Constituição, tive a satisfação, o maior presente da minha vida de assinar com a Deputada Irondi Pugliesi. Enquanto um Deputado demagogo que tinha nesta Casa, que se candidatou duas vezes e

não voltou, ficava com uma lista perguntando quantas emendas os Deputados tinham apresentado. Uma estupidez, uma cretinice.

O importante não é apresentar 10 emendas, o importante é apresentar 01 emenda, mas que ela obtenha o contexto total, é aquilo que fazia a Deputada Irondi, o Deputado Haroldo, o Deputado Alborghetti e todos os Deputados, como o Deputado Pessuti brigava pelo municipalismo dentro da Constituição Estadual.

Quero agradecer a Vossa Excelência, Deputado Caíto, enquanto eu tiver vergonha na cara, vou continuar sendo este Deputado que Vossa Excelência diz, vou lutar sempre pelos meus ideais e pelas minhas convicções.

Respeito o Poder Judiciário, respeito o Desembargador Henrique Cesar, mas respeito mesmo porque sem a justiça, Deputado Caíto, Vossa Excelência me disse uma vez, perderemos as asas às nossas liberdades constitucionais, não podemos retroceder ao regime ditatorial que assassinou, violentou a bandeira do Brasil, o Hino Nacional e

a nossa Constituição.

Agradeço, em nome dos meus filhos e dos meus netos o seu pronunciamento. Tenho certeza que enquanto for Deputado, vou continuar defendendo este Parlamento, e vou continuar defendendo os meus e os ideais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 272/97.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 278, 280, 281, 282, 283, 294, 295, 296 e 298/97.

Levanta-se a sessão.